



## PARECER N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,  
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012,  
do Senador Ciro Nogueira, que *modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais.*

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

RELATOR “AD HOC”: Senador **PAULO PAIM**

### I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 127, de 2012, do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências, para estabelecer que os serviços bancários de qualquer natureza, especialmente o atendimento ao público, serão considerados essenciais.

A proposição é composta de dois artigos. Seu art. 1º modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 1989, para os fins que objetiva. O segundo artigo trata da cláusula de vigência, que é imediata com a publicação.

Em sua justificativa, o nobre autor argumenta que “*a Constituição Federal, em seu art. 9º, consagra o direito de greve, inclusive nas atividades ou serviços considerados essenciais, desde que atendidas às necessidades inadiáveis da sociedade e que não coloque em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.*”

Conclui a justificativa afirmando que o direito de greve, embora assegurado por preceito constitucional, deve ser exercido dentro dos limites razoáveis. Acrescenta que é possível salvaguardar o interesse maior da coletividade de acesso aos serviços bancários e, concomitantemente, garantir o direito de greve previsto na Lei nº 7.783, de 1989, e no art. 9º da Constituição Federal.

A proposição foi distribuída para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à CAS a decisão terminativa.

Posteriormente, foi apresentado o Requerimento nº 745, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para que fosse previamente ouvida a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH sobre a presente proposição.

No âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a proposição recebeu parecer favorável, nos termos do Parecer apresentado pelo eminentíssimo Senador João Vicente Claudino e no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, o parecer do eminentíssimo Senador Magno Malta foi pela rejeição da proposição e foi mantido pelo Relator “*Ad Hoc*” o Senador José Medeiros.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre as relações de trabalho,

como por exemplo a manutenção de direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Preliminarmente, cabe analisar a proposição sobre o prisma da sua constitucionalidade. Existem diversas correntes doutrinárias que se dividem sobre o tema. A greve é um fato social e um direito individual que se manifesta sempre de forma coletiva.

Cabe ao Congresso Nacional a defesa das liberdades políticas e dos princípios fundamentais de nossa Constituição Federal. Assim, qualquer restrição ao exercício de liberdades deve sempre ser analisada com extrema cautela, pois em última análise o que se pretende não é apenas se restringir uma liberdade coletiva ou reprimir o exercício de um direito individual, mas suprimir um direito, no caso, o de manifestação coletiva dos trabalhadores.

Os conflitos sociais, dentre eles os derivados do contrato de trabalho, devem ser objeto de negociação, evitando-se a radicalização de posições e antagonismos desnecessários. Todavia, em circunstâncias específicas, somente a manifestação coletiva pela greve é capaz de exercer pressão suficiente para que se estabeleça a negociação.

No caso específico desta proposição, o que se pretende é aumentar o rol de atividades essenciais, pois pela legislação vigente (Lei nº 7.783, de 1989) apenas a compensação bancária é considerada atividade essencial.

Entretanto, nos termos da proposição, todos os serviços bancários de qualquer natureza, bem como os inerentes à sua finalidade (inclusive o de vigilante), passam a ser considerados serviços essenciais.

Na prática, a proposição proíbe o direito de greve neste segmento econômico. Pois todo e qualquer empregado de um banco, assim como todos os serviços terceirizados envolvidos na atividade bancária estão proibidos de fazer greve porque se pretende lhes atribuir uma condição de essencialidade.



A vedação total do direito à greve é incompatível com o nosso sistema jurídico normativo, pois os avanços tecnológicos trouxeram os bancos para dentro da residência das pessoas e até para os *smartphones*.

Ora, se em 1989, ou seja, há vinte e seis anos, somente a compensação bancária era atividade essencial, não se justifica, por qualquer ângulo, que em 2015 toda a atividade bancária e as demais atividades a ela inerentes possam ser consideradas essenciais.

No mundo da conectividade, onde qualquer pessoa de seu *smartphone*, *tablet*, *notebook*, ou computador pessoal acessa sua conta bancária e tem à disposição todos os serviços bancários oferecidos pela instituição bancária, é difícil aceitar a ideia de essencialidade do serviço prestado pessoalmente por um empregado de banco.

As próprias agências bancárias já dispensam a presença humana em muitos casos e, ao longo dos tempos, o número de empregados em bancos só tem diminuído. Por isso mesmo não há qualquer justificativa plausível para que o Poder Legislativo autorize conferir aos bancos essa condição especial, de atividade imune a qualquer manifestação por melhores condições de trabalho.

### III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2012.

Sala da Comissão, 08 de agosto de 2016.

Senador Edison Lobão, Presidente

SEN  
ERAL  
Gabinete do PAULO PAIM



Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc*